

## **Anexo – II.5.3.1.4-A – Crescimento da população em áreas costeiras**

Foi realizada a revisão da necessidade de apresentação de figuras e analisados os dados a respeito da evolução demográfica dos municípios da área de estudo, bem como da proporção de domicílios de uso ocasional, indicando os fatores que orientaram essas respectivas trajetórias. O item encontra-se reapresentado em anexo.

### ***II.5.3.1.4 - Crescimento da população em áreas costeiras***

Para a análise que se segue foram utilizados dois tipos de dados, a fim de identificar padrões de crescimento da população em áreas costeiras. Em primeiro lugar, foram verificados dados demográficos que estabelecem a dimensão do crescimento populacional nos municípios da área de estudo. Com esse objetivo, foram eleitos indicadores a respeito da população residente, as taxas de crescimento populacional nos censos de 1991, 2000 e 2010 e os percentuais de população rural e urbana. Em segundo lugar, foram analisados dados que conferem uma perspectiva espacial ao crescimento populacional, permitindo visualizar sua distribuição e seus padrões determinantes gerais. Nesse caso, os indicadores selecionados foram as informações a respeito dos percentuais de domicílios de uso permanente ocupado e ocasional nos setores censitários dos municípios da área de estudo. Domicílio Particular Permanente Ocupado é o domicílio particular permanente que, na data de referência, estava ocupado por moradores e no qual foi realizada a entrevista do Censo. Domicílio Particular Permanente de Uso Ocasional é o domicílio particular permanente que serve de moradia somente ocasionalmente, ou seja, o domicílio é usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim. Essa estrutura de apresentação foi seguida primeiramente para o estado do Rio de Janeiro e, depois, para o estado de São Paulo.

### Estado do Rio de Janeiro

A **Tabela II.5.3.1.4-1** apresenta a evolução demográfica dos municípios fluminenses da área de estudo nos últimos 20 anos, de acordo com dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

**Tabela II.5.3.1.4-1** – População residente no período 1991/2010 – municípios selecionados - Estado do Rio de Janeiro– 1991/2000/2010.

Região	Municípios	1991	2000	2010
<b>Microrregião dos Lagos</b>	Cabo Frio	84.750	126.828	186.227
	Araruama	59.025	82.803	112.008
	Saquarema	37.889	52.461	74.234
<b>RMRJ</b>	Rio de Janeiro	5.480.768	5.857.904	6.320.446
	Niterói	436.155	459.451	487.562
	Maricá	46.544	76.737	127.461
	Itaguaí	113.057	82.003	109.091
<b>Costa Verde</b>	Angra dos Reis	85.571	119.247	169.511
	Paraty	23.928	29.544	37.533
	Mangaratiba	17.924	24.901	36.456

Fonte: IBGE, Censos demográficos (1991, 2000 e 2010)

Em primeiro lugar, deve-se considerar o porte populacional dos municípios da área de estudo. Atualmente, aqueles localizados na Microrregião dos Lagos configuram-se como de grande porte (Cabo Frio e Araruama) e de médio porte (Saquarema). Na Costa Verde, Paraty e Mangaratiba são municípios de pequeno porte e Angra dos Reis apresenta-se como de grande porte. Já na RMRJ a situação dos municípios da área de estudo é outra: uma metrópole (Rio de Janeiro) e três cidades de grande porte (Niterói, Maricá e Itaguaí). Observa-se que, em todas as regiões consideradas, existe uma estabilização na hierarquia entre os municípios no tocante ao seu tamanho, à exceção da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No período entre 2000 e 2010, Maricá ultrapassou o tamanho de Itaguaí, que historicamente havia se mantido à sua frente.

De fato, considerando-se o conjunto dos municípios sob análise, percebe-se que o número geral de habitantes dessas regiões costeiras manteve uma

tendência de crescimento ao longo dos últimos 20 anos, caracterizando-se um adensamento regional global na área de estudo. Porém, as proporções desse processo de crescimento foram diferentes. Todos os municípios da Microrregião dos Lagos praticamente dobraram sua população durante esse período, mesma tendência observada na Costa Verde, em Angra dos Reis e Mangaratiba. Na RMRJ, as populações da capital e de Niterói cresceram de maneira bem menos acentuada, enquanto que Maricá quase triplicou sua população em 20 anos. O único no qual a população decresceu desde 1991 foi Itaguaí: de 113 mil para 109 mil habitantes em 2010.

Nota-se que, no conjunto, Itaguaí foi paulatinamente perdendo sua posição ao longo dos anos: era o terceiro município em tamanho populacional em 1991, posição que perdeu para Cabo Frio a partir de 2000, passando a sexto em 2010. Do mesmo modo, a situação de Maricá extrapola a da RMRJ: sétimo município em porte populacional em 1991, passou a ocupar, em 2010, a quinta posição entre os dez municípios selecionados, ultrapassando Araruama. O posicionamento dos demais municípios nessa hierarquia de porte não se alterou ao longo dessa série histórica, com Angra dos Reis mantendo-se em quarta posição e Saquarema, Paraty e Mangaratiba ocupando constantemente as últimas posições.

A tabela abaixo apresenta os percentuais de crescimento relativo da população residente nesses municípios durante todo o período considerado.

**Tabela II.5.3.1.4-2 – Taxa percentual de crescimento relativo da população residente no período 1991/2010 – municípios selecionados - Estado do Rio de Janeiro– 1991/2000/2010.**

Região	Municípios	1991/2010	1991 a 2000	2000 a 2010
Microrregião dos Lagos	Cabo Frio	119,7	49,6	46,8
	Araruama	89,8	40,2	35,2
	Saquarema	95,9	38,4	41,5
RMRJ	Rio de Janeiro	15,3	6,8	7,9
	Niterói	11,8	5,3	6,1
	Maricá	173,9	64,9	66,1
	Itaguaí	-3,5	-27,4	33

Região	Municípios	1991/2010	1991 a 2000	2000 a 2010
Costa Verde	Angra dos Reis	98,1	39,3	42,2
	Paraty	56,9	23,4	27
	Mangaratiba	103,4	38,9	46,4

Fonte: IBGE, Censos demográficos (1991, 2000 e 2010)

No geral, as maiores taxas de crescimento relativo da população ocorreram em Maricá (173,8%), Cabo Frio (119,7%) e Mangaratiba (103,3%). Itaguaí apresentou uma taxa de crescimento relativo negativa (-3,5%). De todo modo, à exceção dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, todos os demais apresentaram taxas bastante altas.

No período entre 1991 e 2000, os municípios que apresentaram maiores taxas de crescimento populacional foram Maricá (64,9%) e Cabo Frio (49,6%). Os que apresentaram as menores taxas foram Niterói e Rio de Janeiro, indicando certa estabilização de seu crescimento demográfico. Quando se considera a série histórica por períodos, verifica-se que foi nesse decênio que Itaguaí apresentou um acentuado crescimento negativo (-27,4%).

Maricá e Cabo Frio mantiveram-se à frente das taxas de crescimento populacional no período entre 2000 e 2010, sendo que Mangaratiba apresentou uma taxa bastante próxima à de Cabo Frio. Nesse mesmo período, Itaguaí retomou o crescimento populacional após a década anterior negativa.

Os municípios da Costa Verde apresentaram um incremento maior da taxa de crescimento populacional entre o primeiro e o segundo decênios, no que foram acompanhados por Saquarema e por Maricá e Itaguaí. Araruama e Cabo Frio tiveram um decréscimo significativo de suas respectivas taxas entre os dois períodos, o que pode indicar o início de um período de estabilização de crescimento populacional.

Frente a esses dados, conclui-se que os municípios da área de estudo foram diferentemente afetados pelo crescimento populacional geral observado. Em geral, o adensamento populacional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro deve-se à retomada de seu crescimento econômico, a partir da década de 1990, pautado pelo aumento de produtividade de setores econômicos como o de serviços, com conseqüente reaquecimento dos fluxos migratórios para a região (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2005). O crescimento populacional de Maricá deve-se ao extravasamento desse crescimento econômico para as

fronteiras e franjas periurbanas da capital, com a implantação de estabelecimentos comerciais, de serviço e de indústria na periferia da RMRJ, que passaram a sofrer intenso processo de urbanização, principalmente na primeira década do século XXI (PAGANOTO, 2012). Segundo a "Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Investimentos da PETROBRAS na Área de Abrangência da Baía de Guanabara", durante a década de 1990 foi observado um intenso movimento migratório dos municípios da zona central da RMRJ rumo aos demais municípios da região. Uma gama de fatores determinou esse comportamento, incluindo neles a questão habitacional: *"Outros municípios se apresentaram como polos de atração demográfica, atraindo contingentes populacionais que se deslocaram buscando, provavelmente, melhor qualidade de vida, oportunidades de emprego-renda ou custos mais baixos de moradia. Neste caso, incluem-se, por exemplo, os municípios de Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Maricá e Seropédica"* (LIMA/PETROBRAS, 2009: 138). Maricá apresenta-se como um dos municípios com maior incremento migratório nesse período, da ordem de 340% (PAGANOTO, 2012). Ao mesmo tempo, configura-se como local de fixação de residência para trabalhadores que realizam movimentos pendulares principalmente em direção a Niterói e Rio de Janeiro, em função da valorização imobiliária desses territórios (PAGANOTO, 2012). A explicação para a retração da população em Itaguaí deve ser buscada em fatores político-administrativos. A Lei Estadual nº 2.446, de 12/10/1995, desmembrou o distrito de Seropédica, elevando-o à categoria de município. Com isso, Itaguaí perdeu parte considerável de seu contingente populacional, mas que vem se recuperando em ritmo acelerado (IBGE, 2012).

O crescimento populacional dos municípios componentes da área de estudos da Microrregião dos Lagos e da Costa Verde foi bastante afetado pela preponderância de certas atividades econômicas. Como analisa DAVIDOVICH (2002): *"Certas atividades tem exercido papel relevante no incremento das taxas de crescimento da população no Estado do Rio de Janeiro, contribuindo para caracterizar determinados conjuntos de municípios. Pode-se notar, assim, que o turismo litorâneo e atividades correlatas tem, certamente, influência preponderante nas taxas de crescimento compreendidas no intervalo de mais de 5 e de menos de 7% ao ano, que abrange os municípios de Angra dos Reis,*

Araruama, Armação de Búzios, Cabo Frio, Rio das Ostras, Mangaratiba, Maricá" (DAVIDOVICH, 2002: 7). No caso de Angra dos Reis, não se deve excluir a importância das instalações industriais e portuárias na atração de nova população migrante.

Por outro lado, o Censo de 2010 indica a proporção da população total que habita as áreas urbana e rural dos municípios sob escrutínio, assim como suas respectivas densidades demográficas, conforme a tabela abaixo:

**Tabela II.5.3.1.4-3 -** *Proporção da população residente e densidade demográfica – municípios selecionados - Estado do Rio de Janeiro - 2010*

Região	Municípios	População urbana (%)	População rural (%)	Densidade demográfica (Hab/Km <sup>2</sup> )
Microrregião dos Lagos	Cabo Frio	75,5	24,5	453,75
	Araruama	95	5	175,55
	Saquarema	95	5	209,96
RMRJ	Rio de Janeiro	100	0	5.265,81
	Niterói	100	0	3.640,80
	Maricá	98,4	1,6	351,55
	Itaguaí	95,5	4,5	395,45
Costa Verde	Angra dos Reis	96,3	3,7	205,45
	Paraty	73,8	26,2	40,57
	Mangaratiba	88,1	11,9	103,25

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

Os municípios de Mangaratiba e Paraty, na região da Costa Verde, e de Cabo Frio, na RMRJ, apresentam as menores taxas de população urbana, sendo que nos dois últimos a proporção da população vivendo em área rural gira em torno de 25%. Os demais municípios apresentam altas taxas de população urbana, acima de 95%.

A densidade demográfica do estado do Rio de Janeiro é de 365,23 hab/Km<sup>2</sup>. Observa-se que as duas maiores cidades, Rio de Janeiro e Niterói, são também as que concentram as maiores densidades demográficas da amostra, ao passo que Angra dos Reis, Mangaratiba e, mais acentuadamente, Paraty, apresentam as menores.

Com base nesses dados, conclui-se que as áreas costeiras da área de estudo no Rio de Janeiro, representadas pelos municípios selecionados, apresentaram um crescimento demográfico constante e, em alguns casos, bastante acentuado, com concentração populacional nas áreas urbanas. A preponderância de setores econômicos mais dinâmicos e regionalmente especializados é o principal fator de atração de população migrante.

Contudo, as áreas dos municípios são diferentemente ocupadas pela população residente. No caso dos municípios da área de estudo no estado do Rio de Janeiro, é possível visualizar um padrão, ainda que com algumas especificidades.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que as regiões litorâneas brasileiras, em geral, apresentam uma tendência maior de concentração de domicílios de uso ocasional, em função de determinantes culturais e socioeconômicos relacionados aos processos de construção social do lazer e do turismo como fruição desses espaços. Conforme já destacado ao longo do EIA do Etapa 2, e detalhado na resposta ao parecer sobre o item 5.3.7, "Atividades de lazer, turismo e cultura", pode-se apontar as décadas de 1950 e 1960 como o ponto de inflexão para o início da ocupação motivada por esses fatores. O conflito territorial que se estabelece a partir desse marco diz respeito, fundamentalmente, à ocupação da orla e demais zonas municipais que apresentem outros atrativos naturais e socioculturais para o mercado do turismo e do lazer. Mas, por outro lado, o adensamento populacional em áreas mais periféricas e menos valorizadas é também fruto de fatores próprios da evolução urbana em geral, sintetizados pelo conceito de "espoliação urbana". Segundo KOWARICK (1979), o desenvolvimento de atividades capitalistas industriais em áreas urbanas tende a criar um processo de valorização de terrenos residenciais e fabris, ao mesmo tempo em que atrai um contingente populacional cada vez maior, gerando demanda por habitação. Como os terrenos fabris ou passíveis de utilização para o desenvolvimento de atividades econômicas capitalistas industriais tendem a se situar no centro - não necessariamente físico, mas estratégico - da cidade, atendido pela rede adequada de infraestrutura urbana, a especulação imobiliária se processa de modo a expulsar aqueles com menor poder aquisitivo, que passam a ocupar as regiões periféricas, isto é, não atendidas por serviços de



infraestrutura urbana e, por isso, menos valorizadas. Dessa forma, deve-se ter em conta a existência de ao menos dois processos geradores de adensamento populacional em determinadas zonas do território urbano em municípios de áreas costeiras.

Tendo isso em vista, tomem-se os dados referentes aos domicílios permanentes de uso ocasional nos municípios da área de estudo, de acordo com os censos de 1991, 2000 e 2010:

**Tabela II.5.3.1.4-4 - Total de domicílios recenseados e percentual dos domicílios particulares permanentes de uso ocasional nos municípios integrantes da área de estudo – estado do Rio de Janeiro, 1991/2000/2010.**

Regiões	Municípios	Total Domicílios recenseados			Domicílios Uso ocasional		
		(Unidades) (1)			(% no total de domicílios)		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
Microrregião dos Lagos	Cabo Frio	46.214	70.161	105.375	39,1	34,9	32,9
	Araruama	30.056	43.374	60.409	38,3	32,5	30,7
	Saquarema	19.748	31.623	45.112	38,4	39,7	37,4
RMRJ	Maricá	25.682	43.443	67.389	39,7	34,3	26,1
	Niterói	147.280	170.248	191.172	3,7	3,8	3,6
	Rio de Janeiro	1.810.307	2.129.131	2.408.891	2,4	2,5	2,8
	Itaguaí	36.500	30.408	41.271	9,4	10,3	10,7
Costa Verde	Mangaratiba	12.966	19.812	31.517	54,8	56,1	54,6
	Angra dos Reis	32.671	50.604	72.056	20,8	20,8	17,8
	Paraty	7.508	10.946	16.293	10,2	14,5	18,6

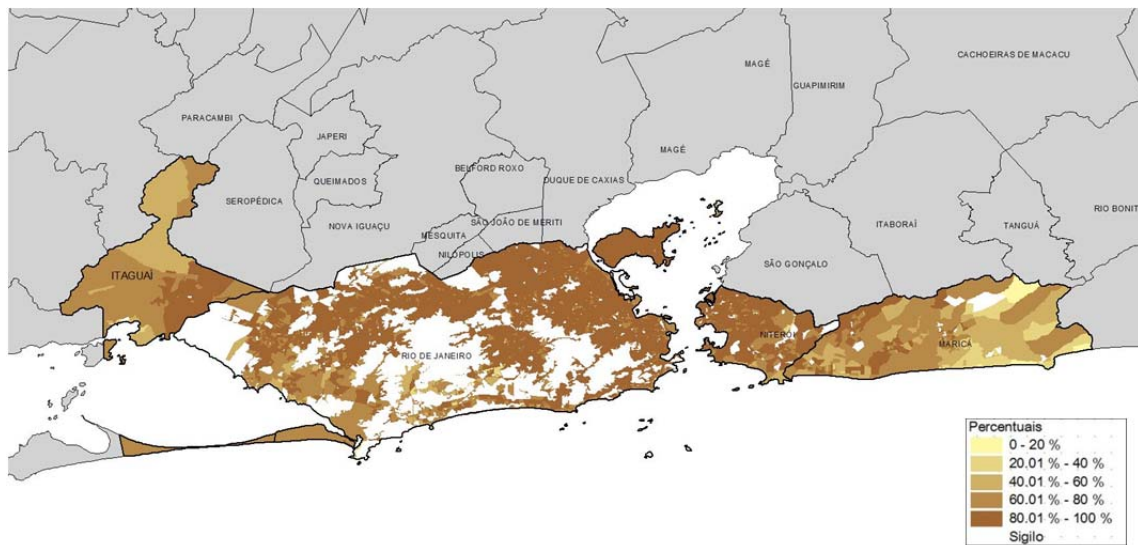
(1) Entre os domicílios recenseados, também constavam os domicílios coletivos, que não foram incluídos na tabela.  
Fonte: IBGE, Censos demográficos (1991, 2000 e 2010)

Observa-se que a RMRJ é aquela com os menores percentuais, em toda a série histórica, de domicílios de uso ocasional. A zona mais central - Rio de Janeiro e Niterói - apresenta taxas bem baixas desse tipo de ocupação, menos de 4% em qualquer dos censos que se considere. Isso, apesar de ser a zona com o maior número absoluto de domicílios. Itaguaí e Maricá apresentam percentuais maiores, respectivamente 10,7% e 26,1%. Considerando o peso que determinados tipos de atividades de turismo possuem em cada um desses municípios, percebe-se que fatores relacionados à espoliação urbana podem ser considerados mais determinantes no caso do adensamento populacional em



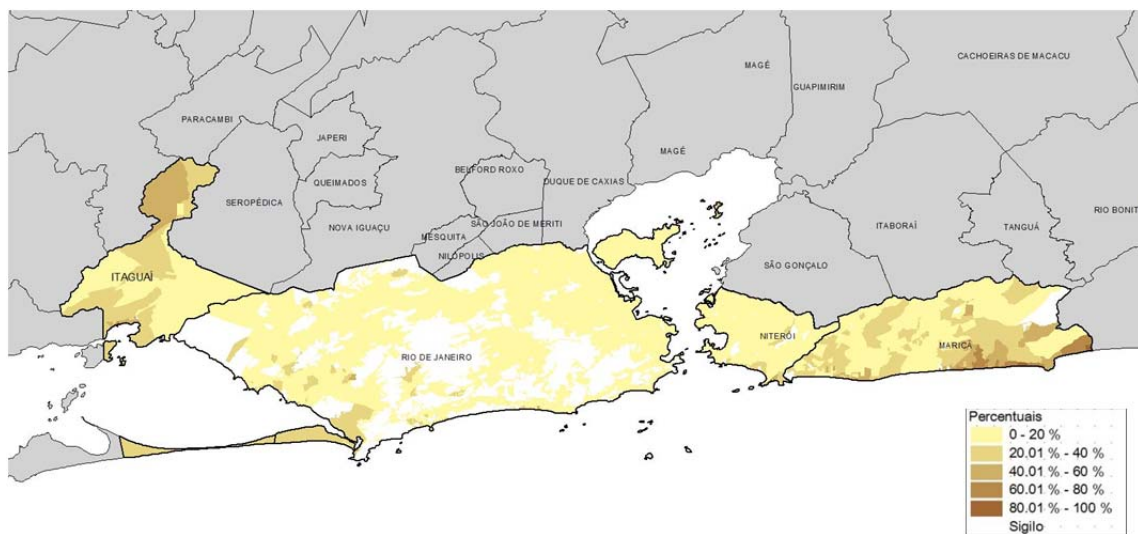
certas zonas dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói, enquanto que processos afeitos ao turismo contribuem de maneira mais significativa para o adensamento populacional em determinadas áreas dos municípios de Itaguaí e Maricá. Assim, não por acaso, as áreas ocupadas por domicílios de uso permanente ou ocasional se sobrepõem fortemente no Rio de Janeiro e em Niterói, indicando que os espaços ocupados por ambas são aqueles disponíveis pela dinâmica de evolução urbana. Em Itaguaí, de maneira menos evidente, e em Maricá, de forma mais acentuada, observa uma concentração de domicílios de uso ocasional na orla.

As representações cartográficas a seguir oferecem evidências visuais desse processo. Para cada setor censitário dos municípios da área de estudo foram identificadas as proporções de domicílios particulares permanentes ocupados e de domicílios particulares permanentes de uso ocasional. Assim, a leitura desses cartogramas deve ser orientada da seguinte maneira: quanto mais escura a cor, mais elevada é a proporção de domicílios (ocupados ou de uso ocasional, a depender do cartograma) por setor censitário, conforme indicam os percentuais das legendas . As regiões em branco correspondem a áreas nas quais a rarefação de domicílios é tanta que impede a obtenção da proporção sob pena de comprometimento do sigilo censitário.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

**Figura II.5.3.1.4-1 -** *Proporção de Domicílios Particulares Permanentes Ocupados por setor censitário - Municípios da área de estudo da RMRJ. Estado do Rio de Janeiro, 2010.*



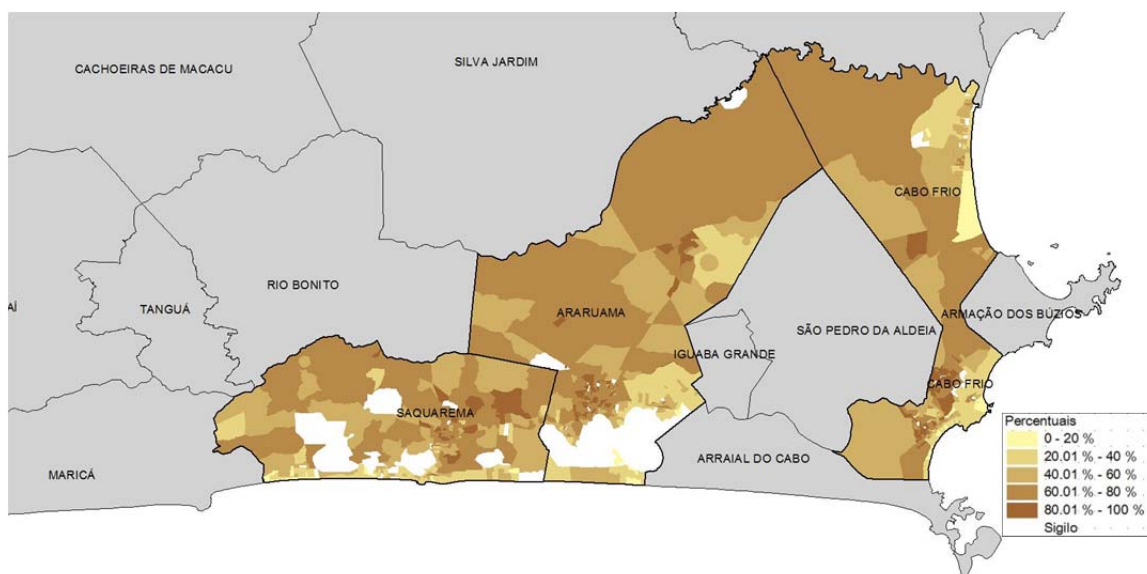
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

**Figura II.5.3.1.4-2 -** *Proporção de Domicílios Particulares Permanentes de Uso Ocasional por setor censitário - Municípios da área de estudo da RMRJ. Estado do Rio de Janeiro, 2010.*

Ressalte-se também que os percentuais de domicílios permanentes de uso ocasional sofreram pouca variação ao longo do tempo no Rio de Janeiro, em Niterói e em Itaguaí, ao passo que sua presença no cômputo geral de domicílios

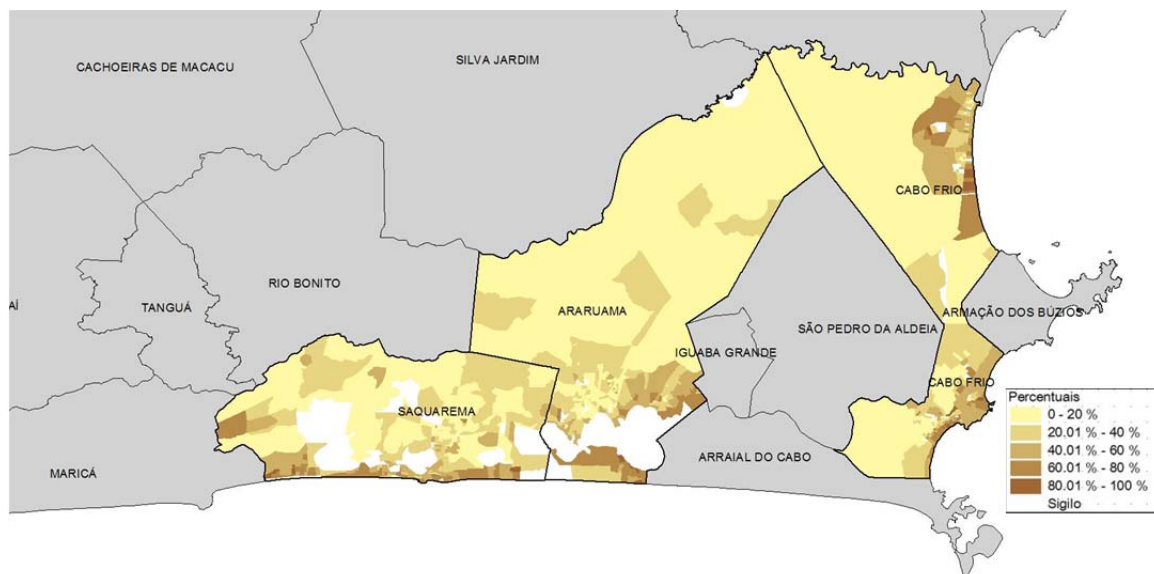
em Maricá foi decaindo ao longo da série histórica: 39,7% em 1991, 34,3% em 2000 e 26,1% em 2010. Essa queda é consistente com o entendimento já apresentado de que Maricá vem se tornando um polo de atração de habitação para os moradores da RMRJ, mesmo aqueles que trabalham em outros municípios da região.

Em relação à Microrregião dos Lagos pode-se observar que todos os municípios mantiveram um percentual alto de domicílios permanentes de uso ocasional ao longo do tempo, entre 30% e 40%. Saquarema possui certa estabilidade na distribuição de domicílios entre uso ocasional e permanente, a despeito do crescimento populacional de 95,9% entre 1991 e 2010. Já Cabo Frio e Araruama apresentam tendência histórica à diminuição da proporção de domicílios de uso ocasional. De todo modo, ainda se constituem como municípios com um importante mercado turístico, de forma que esse fator possui peso significativo no adensamento populacional permanente em certas áreas municipais, conforme se observa nas representações cartográficas abaixo:



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

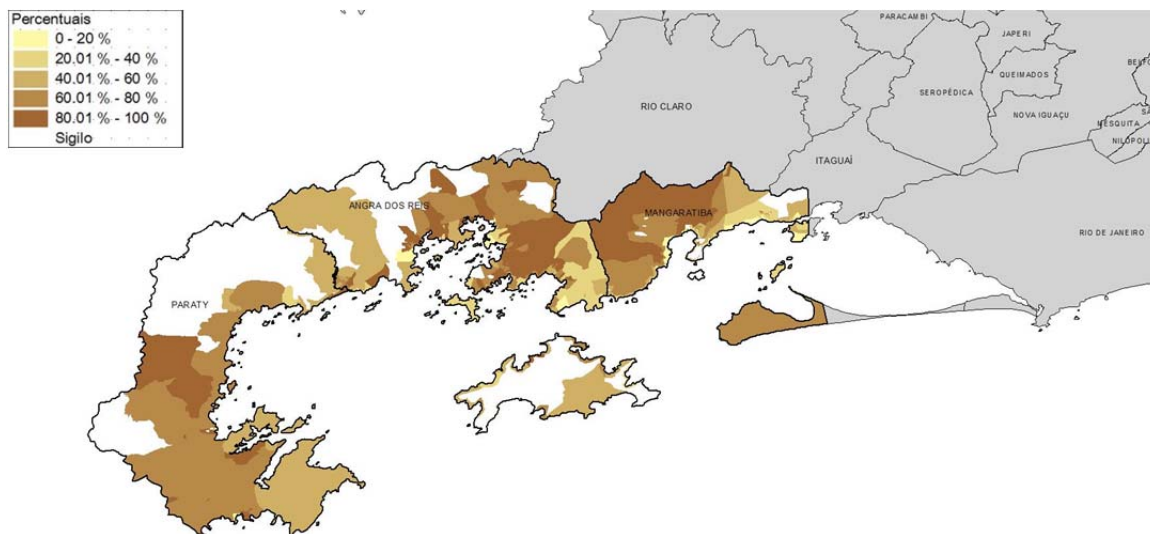
**Figura II.5.3.1.4-3 -** *Proporção de Domicílios Particulares Permanentes Ocupados por setor censitário - Municípios da área de estudo da Microrregião dos Lagos. Estado do Rio de Janeiro, 2010.*



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

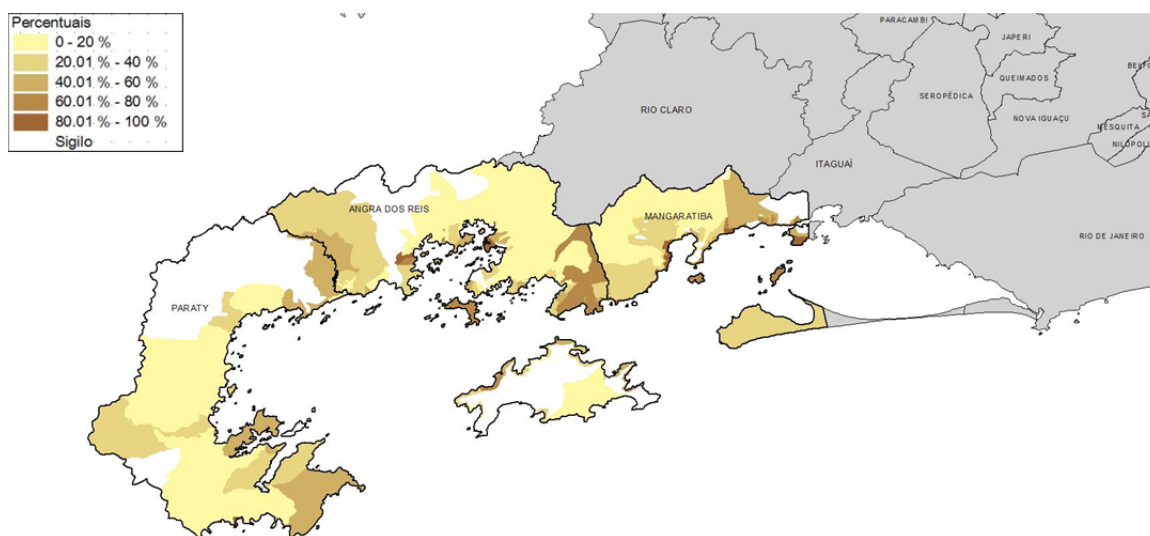
**Figura II.5.3.1.4-4** - *Proporção de Domicílios Particulares Permanentes de Uso Ocasional por setor censitário - Municípios da área de estudo da Microrregião dos Lagos. Estado do Rio de Janeiro, 2010.*

A Região da Costa Verde é aquela em que se situa o município com maior percentual de domicílios particulares permanentes de uso ocasional: Mangaratiba, que apresenta historicamente mais de 50% de domicílios desse tipo. Angra dos Reis e Paraty possuem percentuais menos significativos até do que aqueles dos municípios da Microrregião dos Lagos. Enquanto Mangaratiba apresenta estabilidade na presença de domicílios desse tipo, Angra dos Reis e Paraty apresentam tendências de variação opostas entre si. O primeiro município teve ligeira queda de proporção de domicílios de uso ocasional em 2010, enquanto que Paraty tem observado um aumento consistente, muito embora o percentual ainda seja pequeno. A distribuição espacial entre domicílios de uso ocasional e de uso permanente reproduz a lógica de ocupação da orla pelo turismo, mesmo em Paraty, que teve o menor crescimento populacional da Costa Verde no período:



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

**Figura II.5.3.1.4-5** - *Proporção de Domicílios Particulares Permanentes Ocupados por setor censitário - Municípios da área de estudo da Região da Costa Verde. Estado do Rio de Janeiro, 2010.*



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

**Figura II.5.3.1.4-6** - *Proporção de Domicílios Particulares Permanentes de Uso Ocasional por setor censitário - Municípios da área de estudo da Região da Costa Verde. Estado do Rio de Janeiro, 2010.*



## Estado de São Paulo

A **Tabela II.5.3.1.4-5** apresenta a evolução demográfica dos municípios paulistas da área de estudo nos últimos 20 anos, de acordo com dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

**Tabela II.5.3.1.4-5 - População residente no período 1991/2010 – municípios selecionados - Estado de São Paulo – 1991/ 2000/ 2010.**

Região	Municípios	1991	2000	2010
<b>Litoral Norte SP</b>	Ubatuba	47.398	66.861	78.801
	Caraguatatuba	52.878	78.921	100.840
	Ilhabela	13.538	20.836	28.196
	São Sebastião	33.889	58.038	73.942
<b>Baixada Santista</b>	Bertioga *	-	30.039	47.645
	Guarujá	210.207	264.812	290.752
	Santos *	428.923	417.983	419.400
	Cubatão	91.136	108.309	118.720
	São Vicente	268.619	303.551	332.445
	Praia Grande	123.492	193.582	262.051
	Mongaguá	19.026	35.098	46.293
	Itanhaém	46.073	71.995	87.057
Peruíbe	32.773	51.451	59.773	

\* Bertioga desmembrou-se do município de Santos em 1991, por isso o IBGE não possui dados do Censo para o município nesse ano.

Fonte: IBGE, Censos demográficos (1991, 2000 e 2010)

Do ponto de vista do tamanho da população, observa-se que presentemente o Litoral Norte concentra municípios de médio porte (Ubatuba e São Sebastião), com a presença de um município de grande (Caraguatatuba) e outro de pequeno porte (Ilhabela). A RMBS possui em sua maior parte municípios de grande porte (Guarujá, Santos, Cubatão, São Vicente e Praia Grande), concentrados em sua zona central, e municípios de médio (Itanhaém e Peruíbe) e pequeno porte (Mongaguá e Bertioga) em suas extremidades Sul e Norte. Essa configuração é condizente com o fato da ocupação da porção central ter sido iniciada de maneira mais significativa e mais intensa em período anterior à dos municípios ao Sul,

ainda nos anos 1950, conforme apresentado no item 5.3.1.3, "Evolução dos padrões de ocupação".

De maneira similar ao caso das áreas costeiras do estado do Rio de Janeiro, representadas pelos municípios sob análise, verifica-se uma tendência constante de crescimento na zona costeira do estado de São Paulo nesses 20 anos. No Litoral Norte, Caraguatatuba e Ilhabela dobraram sua população entre 1991 e 2010, assim como Praia Grande, Itanhaém e Peruíbe, na região da Baixada Santista. Os municípios de São Sebastião e Mongaguá quase triplicaram sua população. Guarujá, Cubatão e São Vicente mantiveram uma tendência de crescimento mais homogênea. Santos apresentou uma pequena redução, explicável, como no caso de Itaguaí, pelo desmembramento de Bertioga, elevada à categoria de município pela Lei Estadual nº 7.644, de 30/12/1991.

A hierarquia entre o tamanho dos municípios manteve-se praticamente constante durante o período todo. Santos, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, Cubatão, Caraguatatuba são, nessa ordem, as cidades mais populosas do litoral paulista. No censo de 2000 Itanhaém ocupou a sétima posição anteriormente pertencente a Ubatuba na sétima posição, mantendo o posto até o último censo. Bertioga, município criado em 1991, ocupava a penúltima posição, à frente de Ilhabela, em 2000, mas ultrapassou Mongaguá em 2010, passando a ocupar a décima primeira posição, atrás de Ubatuba, São Sebastião e Peruíbe.

Os percentuais de crescimento relativo da população residente nesses municípios encontra-se na tabela a seguir:

**Tabela II.5.3.1.4-6 - Taxa percentual de crescimento relativo da população residente no período 1991/2010 – municípios selecionados - Estado de São Paulo – 1991/2000/2010.**

Região	Municípios	1991/2010	1991 a 2000	2000 a 2010
Litoral Norte SP	Ubatuba	66,3	41,1	17,8
	Caraguatatuba	90,7	49,2	27,8
	Ilhabela	108,3	53,9	35,3
	São Sebastião	118,2	71,2	27,4



Região	Municípios	1991/2010	1991 a 2000	2000 a 2010
<b>Baixada Santista</b>	Bertioga*	-	-	58,6
	Guarujá	38,3	26,0	9,8
	Santos	-2,2	-2,5	0,3
	Cubatão	30,3	18,8	9,6
	São Vicente	23,8	13,0	9,5
	Praia Grande	112,2	56,7	35,4
	Mongaguá	143,3	84,5	31,9
	Itanhaém	89,0	56,3	20,9
	Peruíbe	82,4	57,0	16,2

\* Bertioga desmembrou-se do município de Santos em 1991, por isso o IBGE não possui dados do de crescimento relativo para o período 1991 a 2000, impossibilitando o cálculo para a série histórica completa.

Fonte: IBGE, Censos demográficos (1991, 2000 e 2010)

As maiores taxas de crescimento relativo da população em toda a série histórica apresentam-se nos casos dos municípios de Mongaguá (143,3%) e Praia Grande (112,2%), na RMBS, e São Sebastião (118,2%) e Ilhabela (108,3%), no Litoral Norte. Santos apresentou taxa negativa (-2,2%), cuja chave explicativa é a mesma utilizada para o caso de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro: a perda de território e de população para um novo município emancipado.

A década entre 1991 e 2000 foi a de maior taxa de crescimento tanto no Litoral Norte como na RMBS. Mongaguá e São Sebastião apresentaram os maiores percentuais desse período, acima de 70%, enquanto Santos, São Vicente e Cubatão exibiram as menores taxas, abaixo de 20% - com o tipo de ocorrência em Santos já relatada. Praia Grande, Itanhaém e Peruíbe, na RMBS, e Ilhabela, no Litoral Norte, apresentaram percentuais entre 50% e 60%, e Ubatuba e Caraguatatuba também tiveram taxas altas, da ordem de 40%.

No último decênio, Bertioga assumiu a ponta na taxa de crescimento populacional, com 58,6%, bem acima da média dos demais municípios. O intervalo entre os anos de 2000 e 2010 assistiu ao arrefecimento generalizado das taxas de crescimento observadas na década anterior, mas mesmo assim Mongaguá, Praia Grande e Ilhabela mantiveram taxas significativas, acima de 30%. A zona central da RMBS, composta pelos municípios de Guarujá, Santos, Cubatão e São Vicente continuou a apresentar os percentuais mais baixos, menores do que 10% nessa última década

Sendo assim, no caso da RMBS, os dados revelam uma situação bastante similar à da RMRJ: estabilização do crescimento dos municípios economicamente mais dinâmicos e extrapolação do crescimento populacional para as zonas metropolitanas mais afastadas, ao sul e ao norte. O processo parece ter reiterado a dinâmica que conduziu a segunda onda de crescimento populacional na Baixada Santista, ainda no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Ou seja, a alta densidade urbana do município de Santos, associada à restrição física imposta pelas áreas de mangue, canais, rios e morros, provocou extravasamento urbano para os municípios limítrofes, resultando em conurbação urbana entre os municípios vizinhos (JAKOB et al., 2006). Assim, o mesmo padrão observado no caso dos municípios da área de estudo situados na RMRJ se aplica ao caso da RMBS. Como demonstraram YOUNG & SANTOS (2008), o fenômeno do crescimento populacional dos municípios pertencentes a essa região está relacionado à indisponibilidade de área e ao elevado custo da terra na região central da RMBS, fazendo com que parte da população que trabalha em Santos resida em municípios mais distantes, realizando movimentos pendulares diariamente (YOUNG & SANTOS, 2008).

Além desses fatores, o crescimento populacional do litoral paulista sofreu os efeitos de uma nova fase de desenvolvimento do setor de turismo, principalmente entre os municípios ao sul de São Vicente, em Bertioga e no Litoral Norte. Durante a década de 1990, municípios como Praia Grande e Mongaguá passaram por um forte surto de urbanização, marcado por requalificação da orla marítima, verticalização e expansão do setor terciário, recepcionando também (WALM/PETROBRAS, 2012b).

No caso do Litoral Norte, a urbanização ocorrida nos anos 1990 foi derivada tanto da intensificação do turismo como do aquecimento do setor industrial e terciário local em função da desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo. A transferência de variados ramos do setor industrial para a agora denominada Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte (criada pela Lei Complementar Estadual nº 1.166, de 09/01/12), principalmente para o município de São José dos Campos, gerou uma nova dinâmica populacional também na área costeira. De acordo com LUCHIARI (1999): “o litoral norte de São Paulo absorveu as funções do setor terciário, respondendo à necessidade de

*lazer de um grande contingente populacional, oriundos da região metropolitana e de um interior em intenso processo de urbanização e modernização” (LUCHIARI, 1999:113). A dinamização do setor industrial de petróleo e gás, tanto no Litoral Norte, com a instalação da UTGCA em Caraguatatuba, como na Baixada Santista, também contribuiu para o aumento da migração de mão de obra para a região.*

A proporção da população total e a densidade demográfica validam essa interpretação:

**Tabela II.5.3.1.4-7 – Proporção da população residente e densidade demográfica – municípios selecionados - Estado de São Paulo - 2010**

Região	Municípios	População urbana (%)	População rural (%)	Densidade demográfica (Hab/Km <sup>2</sup> )
<b>Litoral Norte SP</b>	Ubatuba	97,6	2,4	110,87
	Caraguatatuba	95,9	4,1	207,76
	Ilhabela	99,3	0,7	81,13
	São Sebastião	98,9	1,1	184,68
<b>Baixada Santista</b>	Bertioga	98,4	1,6	97,23
	Guarujá	99,9	0,1	2.034,91
	Santos	99,9	0,1	1.492,23
	Cubatão	100	0	833,81
	São Vicente	99,8	0,2	2.232,28
	Praia Grande	100	0	1.776,09
	Mongaguá	99,6	0,4	325,72
	Itanhaém	99,1	0,9	145,20
	Peruíbe	98,9	1,1	191,95

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

O percentual de população urbana nos municípios do litoral paulista é elevado, acima de 95%, com pequena variação entre a RMBS e o Litoral Norte. Caraguatatuba é o município que apresenta o maior percentual de população rural, enquanto que nos demais casos ela é quase nula.

Com relação à densidade demográfica, observa-se taxas elevadas exatamente nos municípios de ocupação e de desenvolvimento econômico mais pretéritos, situados na zona central da RMBS. Os municípios menos densos são Ilhabela e Bertioga.

Por um lado, a urbanização derivada de um reposicionamento do turismo como atividade econômica estratégica da região e, por outro, a dinamização e ampliação da capacidade industrial e do setor terciário já instalados, são os fatores que explicam o crescimento demográfico recente do litoral paulista.

Por se tratar de área costeira, cumpre agora observar se os mesmos padrões de concentração populacional observados para os municípios do estado do Rio de Janeiro se replica na região paulista da área de estudo, uma vez que ela também é caracterizada pela presença característica do setor turístico como indutor do desenvolvimento econômico e populacional.

Observe-se os dados referentes aos domicílios permanentes de uso ocasional nos municípios da área de estudo, de acordo com os censos de 1991, 2000 e 2010:

**Tabela II.5.3.1.4-8 - Total de domicílios recenseados e percentual dos domicílios particulares permanentes de uso ocasional nos municípios integrantes da área de estudo – estado de São Paulo, 1991/2000/2010.**

Regiões	Municípios	Total Domicílios recenseados			Domicílios Uso ocasional		
		(Unidades) (1)			(% no total de domicílios)		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
<b>Litoral Norte SP</b>	Ubatuba	30.614	46.251	59.996	49,5	51,9	50,1
	Caraguatatuba	34.443	52.124	64.740	50,6	47,6	43,1
	Ilhabela	6.440	9.806	14.640	36,7	32,1	28,2
	São Sebastião	19.631	33.056	43.259	45,7	41,5	38,4
<b>Baixada Santista</b>	Bertioga	(2) 10.807	26.149	44.834	63,2	60,0	62,2
	Guarujá	94.084	126.546	137.574	40,3	35,5	33,7
	Santos	(3) 155.279	170.439	177.137	13,9	12,2	11,3
	Cubatão	23.808	33.693	38.955	0,3	0,9	0,6
	São Vicente	91.247	111.258	123.165	17,4	13,0	9,4
	Praia Grande	109.716	160.289	200.061	70,0	58,2	52,4
	Mongaguá	18.791	33.146	41.822	69,5	63,9	60,6
	Itanhaém	32.935	50.949	67.177	56,8	52,5	51,9
Peruíbe	20.513	32.095	40.166	51,8	46,9	44,2	

1) Entre os domicílios recenseados, também estão os domicílios coletivos, que não constam da tabela.

2) Os domicílios contabilizados correspondem aos que foram contados no antigo distrito de Bertioga, pertencente, em 1991, ao município de Santos.

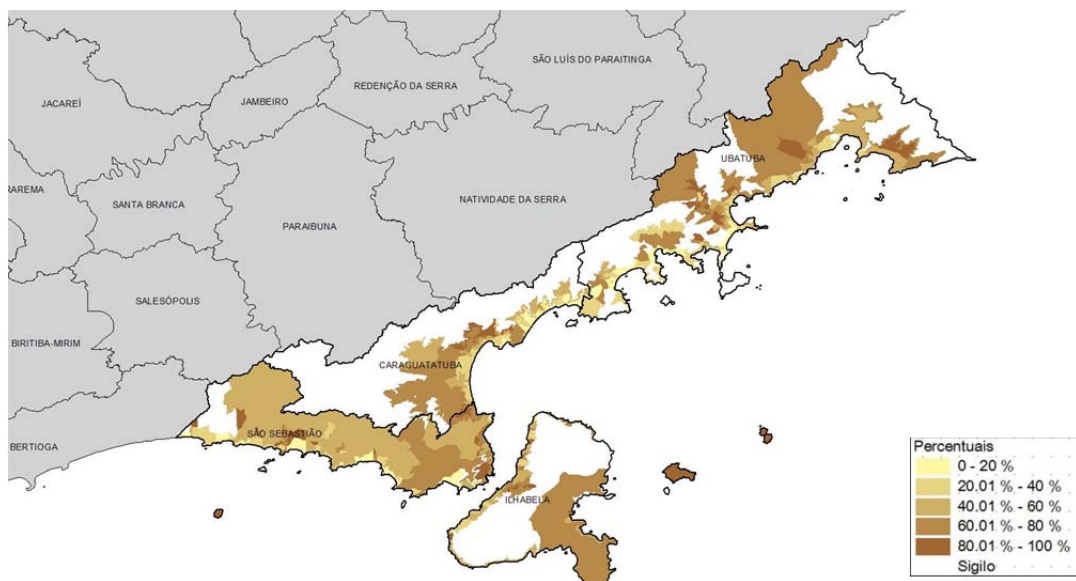
3) Não inclui os domicílios que pertenciam aos distrito de Bertioga, posteriormente desmembrado do município de Santos.

Fonte: IBGE, Censos demográficos (1991, 2000 e 2010)

Em geral, o Litoral Norte apresenta taxas altas de domicílios particulares permanentes de uso ocasional, em toda a série histórica, já que a menor taxa encontrada está próxima de 30% no ano de 2010, para o caso de Ilhabela. A RMBS apresenta menores taxas nos municípios de Santos, Cubatão e São Vicente, ao passo que os municípios ao norte e ao sul possuem taxas próximas ou maiores do que aquelas apresentadas pelos municípios do Litoral Norte. Assim, esse indicador permite estimar indiretamente a importância do turismo de segunda residência para todos os municípios. Sustentando a argumentação anteriormente esboçada, pode-se dizer a atividade turística possui uma dimensão fundamental em todos os municípios, à exceção de Santos, Cubatão e São Vicente.

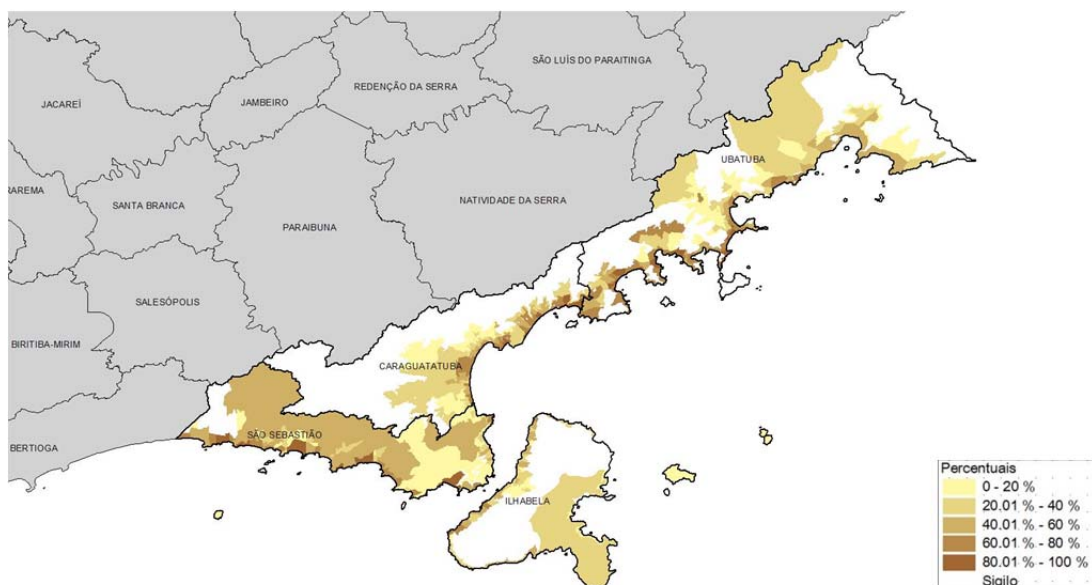
No Litoral Norte observa-se estabilidade nas taxas de domicílios de uso ocasional em Ubatuba, sempre em torno de 50%. Nos outros três municípios a proporção de domicílios desse tipo apresenta uma tendência de queda ao longo dos últimos 20 anos, indicando que o aumento no número de unidades domiciliares refere-se principalmente a domicílios particulares permanentes ocupados. Essa tendência pode indicar a modificação paulatina do perfil das atividades de veraneio, indicando mudanças nas características econômicas dos municípios.

O contraste visual entre as duas categorias de domicílios permite verificar que os domicílios de uso ocasional tendem a se adensar nas regiões mais próximas da orla, enquanto que os domicílios ocupados apresentam um padrão de ocupação em áreas mais distantes da orla. Desse modo, o adensamento populacional no Litoral Norte concentra-se em regiões mais interiores dos territórios municipais, nas quais se situam, inclusive, os limites de diversas Unidades de Conservação.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

**Figura II.5.3.1.4-7** *Proporção de Domicílios Particulares Permanentes Ocupados por setor censitário - Municípios da área de estudo do Litoral Norte. Estado de São Paulo, 2010.*



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

**Figura II.5.3.1.4-8** *Proporção de Domicílios Particulares Permanentes de Uso Ocasional por setor censitário - Municípios da área de estudo do Litoral Norte. Estado de São Paulo, 2010.*

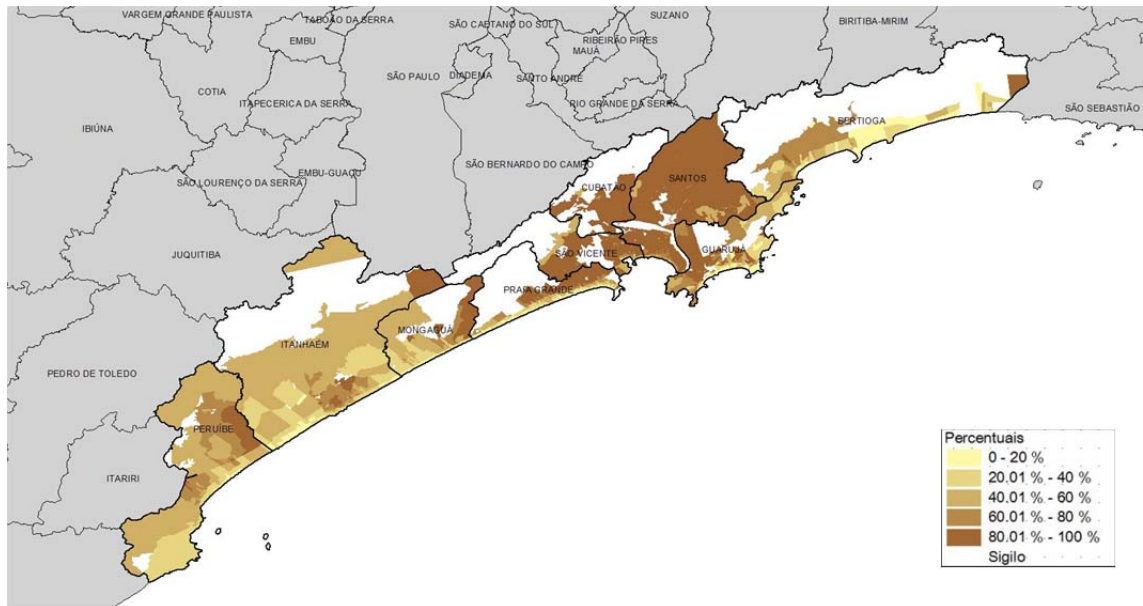
Entre os municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista também se pode destacar uma tendência à queda das taxas de domicílios de uso ocasional, de maneira mais acentuada nos municípios de São Vicente, Praia Grande,



Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, e de maneira menos intensa nos municípios de Guarujá e Santos. Bertioga mantém um padrão de elevada concentração de domicílios de uso ocasional, com uma média histórica em torno de 61%. Esse tipo de residência, nesse município, é caracterizado principalmente pela existência de condomínios particulares de alto padrão. Portanto, no caso de Bertioga, é nítido que o crescimento populacional está vinculado ao desenvolvimento do turismo, que cria uma demanda por mão de obra na construção civil e no setor terciário (WALM/PETROBRAS, 2012b).

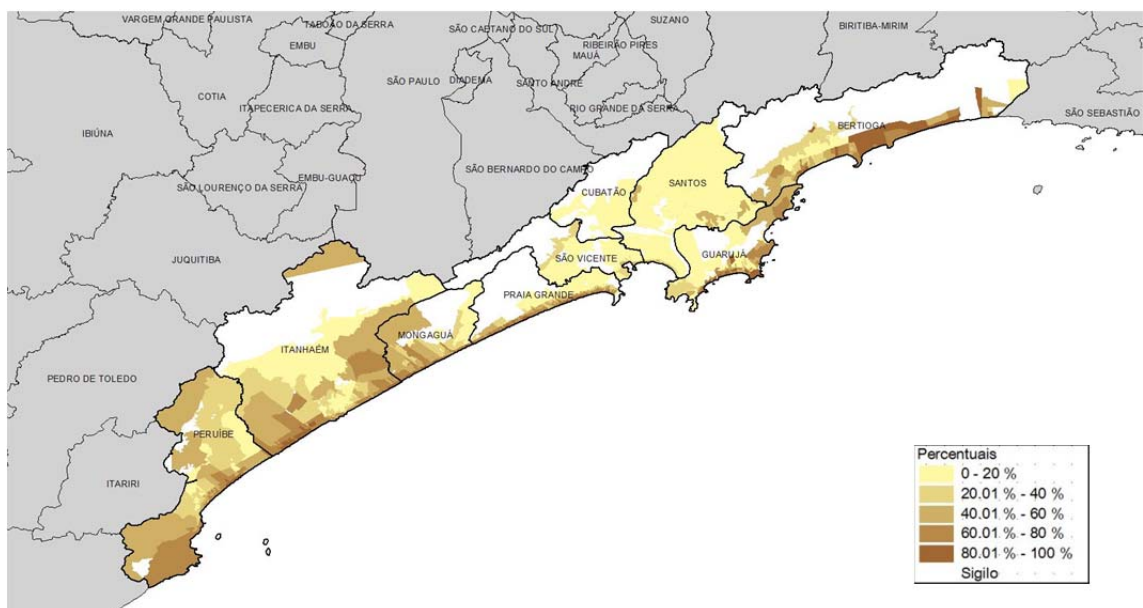
Considerando-se essas informações, pode-se inferir que o adensamento populacional na RMBS apresenta um duplo padrão. Por um lado, o adensamento populacional em municípios menos dependentes do turismo, como Santos, Cubatão e São Vicente, é efeito dos processos de espoliação urbana decorrentes da evolução própria de ambientes metropolitanos. Por outro, nos municípios mais dependentes do turismo, o adensamento populacional, indicado pela maior presença de domicílios particulares permanentes ocupados fora das áreas da orla, é fruto da dinâmica própria da especulação imobiliária originada da atividade turística (ARRAIS, 2013). Novamente, o contraste visual entre os dois tipos de domicílio é esclarecedor:





Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

**Figura II.5.3.1.4-9** - *Proporção de Domicílios Particulares Permanentes Ocupados por setor censitário - Municípios da área de estudo da RMBS. Estado de São Paulo, 2010.*



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

**Figura II.5.3.1.4-10** - *Proporção de Domicílios Particulares Permanentes de Uso Ocasional por setor censitário - Municípios da área de estudo da RMBS. Estado de São Paulo, 2010.*

Em suma, ao se comparar o crescimento populacional ocorrido nos municípios da área de estudo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro é

possível visualizar a emergência de um padrão similar. No entorno das respectivas regiões metropolitanas observa-se um extravasamento populacional das zonas centrais, isto é, dos municípios mais densamente povoados e estruturados por atividades urbano-indústrias, em direção aos seus municípios periféricos. O poder de atração desses últimos encontra-se no ciclo mais recente de urbanização e na disponibilidade de áreas menos valorizadas economicamente, facilitando o ingresso de novos moradores residentes, sejam esses integrados à atividade econômica local ou ainda mão de obra dos municípios das zonas centrais, realizando assim movimentos pendulares. Nas regiões contíguas a essas regiões metropolitanas, mas delas diferenciadas em virtude da vocação turística associada a um incipiente setor industrial, o crescimento populacional deve-se principalmente à capacidade de crescimento e absorção de mão de obra vinculada ao setor terciário.